

A CLÍNICA PSICANALÍTICA DO ATO INFRACIONAL: os impasses da sexuação na adolescência¹

*Christiane da Mota Zeitoune**

RESUMO:

Este artigo visa discutir, a partir do atendimento a adolescentes autores de ato infracional e em cumprimento de medida socioeducativa, a hipótese de que o envolvimento do adolescente com o ato infracional é uma resposta ao encontro com o real do sexo e evidencia o embaraço que o adolescente experimenta ao ter que tomar posse do atributo fálico. O afrouxamento dos laços familiares e o empuxo ao consumo, que caracteriza a nossa civilização contemporânea, fazem com que os adolescentes tenham mais dificuldades de subjetivar a lei, de inscrever a castração e, conseqüentemente, se embaracem ao ter que assumir uma posição sexuada. Na relação com o Outro, no lugar de fazer um sintoma neurótico, o adolescente faz um ato. O ato é uma resposta que exclui o sujeito, mas que produz conseqüências. É a partir das conseqüências do ato que o analista irá operar, buscando produzir uma resposta subjetiva.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Adolescência. Ato infracional. Sexuação. Responsabilidade.

¹ Este artigo apresenta a tese de doutorado, orientada pela Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos e defendida no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em agosto de 2010, com o financiamento da CAPES.

* Doutora em Teoria Psicanalítica - UFRJ, Mestre em Psicologia Clínica – PUC/RJ, Psicóloga do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas. E-mail: christianezeitoune@gmail.com

Introdução

O mergulho teórico na teoria psicanalítica não se faz sem efeitos, pois trata-se de um saber que nos afeta, que engaja a nossa subjetividade. O desenvolvimento dessa pesquisa, realizada no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, teve como efeito a elaboração de uma estratégia de intervenção no atendimento ao adolescente em conflito com a lei no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa, a partir da psicanálise aplicada.

Atualmente, os psicanalistas, ao intervirem nas áreas da saúde, do jurídico ou da educação, participam e afetam a construção de políticas públicas em diversos campos. Contudo, como tomar o saber inconsciente como vetor possível em uma instituição onde predomina o discurso jurídico, correccional e repressivo? Como promover uma mudança subjetiva nesses jovens capturados pela pobreza e pela fragilidade dos laços sociais? A que seus atos infracionais vêm responder?

No Rio de Janeiro, o DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas – é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro. Possui seis unidades de internação e dezessete unidades de semiliberdade, que são conhecidas como CRIAADs - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente - distribuídas pelo Rio de Janeiro, Grande Rio e interior.

Desde a sua criação, prevalecia no DEGASE, nos moldes do sistema penitenciário, a repressão, a intimidação e a violência, em detrimento das ações socioeducativas. Apesar dos esforços dos diversos profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente – médicos, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e educadores – em implementar a doutrina de proteção integral ao adolescente em conflito com a lei, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi somente a partir de 2006 que uma série de reformulações políticas nas esferas federal, estadual e municipal deflagraram dentro do próprio sistema socioeducativo a necessidade de revisão da política de atendimento. Esta mudança teve o objetivo de atender as diretrizes preconizadas no Sistema Nacional de

Atendimento Socioeducativo - SINASE, visando promover a inclusão e a responsabilização do adolescente que comete ato infracional.

Portanto, somente depois de dezesseis anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil conseguiu definir parâmetros para o atendimento socioeducativo com bases éticas e pedagógicas. Instituiu-se uma referência para a estruturação do Sistema de Atendimento Socioeducativo nos estados e municípios através da articulação das várias áreas das políticas públicas, de forma que o atendimento ocorre fundamentado no princípio da incompletude institucional e na perspectiva da inclusão social dos adolescentes.

Contudo, a reestruturação do sistema socioeducativo é lenta e enfrenta dificuldades. O desafio desse trabalho, que reúne educadores, psicólogos, assistentes sociais, autoridades públicas e jurídicas confrontados com a complexidade e gravidade do problema, é compartilhar a responsabilidade ética de encaminhar e elucidar os impasses. Espera-se encontrar possíveis soluções para além da assistência e ações calcadas em modelos adaptativo-repressivos. Quando ofertamos a esses sujeitos considerados “carentes” aquilo que consideramos ideal para suprir suas carências, sem levar em conta a forma particularizada do desejo de cada um, o resultado é a própria ineficácia dos programas sociais (Santiago, 2009).

O atual modelo de atendimento ao adolescente em conflito com a lei nos impulsiona a repensar a nossa prática. É necessário construir uma política de atendimento onde, além do acesso aos direitos e às políticas públicas, faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas, retirando-o da posição de vítima. A questão de uma “ressocialização” seria, assim, deslocada para se introduzir uma reflexão eminentemente ética.

Estamos no campo do sujeito. Rompendo com as éticas da tradição filosófica no âmbito da moral, a psicanálise vai revelar a impossibilidade original do homem de distinguir o bem do mal. O amor e o ódio podem ser encontrados juntos na mesma pessoa. E explica como um abnegado membro da comunidade pode revelar-se um egoísta e como a exacerbação do sentimento de culpa pode levar ao crime. A descoberta das determinações inconscientes da ação humana abalou a relação do homem com o “Bem”. Para Freud (1930, p. 170) os “juízos de valor do homem acompanham diretamente os seus desejos de felicidade”. Contudo, a questão da felicidade está relacionada à economia da libido e não a regras éticas que assegurem, pelo seu exercício, o advento do “Supremo Bem”.

Assim, dada a complexidade da relação do homem ao que se apresenta para ele como felicidade e prazer, um campo ético se coloca para a psicanálise, ética esta que responde

à descoberta freudiana do inconsciente e ao desejo indestrutível que exige satisfação. A satisfação faltante será marcada no campo da psicanálise como uma fenda impossível de ser suturada.

Por essa via, a experiência analítica não é orientada por valores ideais, onde haveria um “Bem” a ser atingido. O processo analítico é dirigido por pressupostos que não se limitam ao discurso da ciência - o qual é delineado pelo ideal do saber absoluto -, nem se confunde com a religião – que é orientada por uma doutrina ou um corpo de preceitos morais. Como afirma Lacan em seu retorno a Freud, o ato analítico deve fazer advir um sujeito responsável pela singularidade do seu desejo (Lacan, 1959-1960). O que a psicanálise propõe para reger as ações do sujeito é o desejo, cuja falta é estrutural, constituinte e faz objeção a qualquer tipo de universalidade, pois é o que o sujeito tem de mais particular.

O sujeito nasce dividido, por um lado tomado pelas exigências pulsionais, por outro pela linguagem, pelo significante. Ao entrar na ordem da linguagem, algo ficou para sempre perdido – o encontro perfeito com o objeto do desejo. A dimensão do desejo está vinculada à incidência da linguagem, deixando o sujeito, o saber e o sexo numa certa relação onde a impossibilidade se instaura como condição do inconsciente. Por razões de estrutura, a satisfação esperada e a que é encontrada não são proporcionais. O gozo da pulsão não é o mesmo que o bem-estar do sujeito.

O que o sujeito quer é a felicidade. É isso que ele busca incessantemente na vida. Porém, ele se depara com a impossibilidade dessa satisfação plena. É o preço que se tem que pagar para viver em sociedade. A castração, a interdição do incesto, a instauração da Lei e a sublimação da pulsão são marcas fundamentais da cultura e, como tal, deixaram dívidas. Entrar na cultura equivale a se dividir e a se deparar com o impossível, isto é, com a falta. A incidência da Lei sobre os sujeitos rouba-lhes uma parcela de gozo tributada à linguagem e à vida em sociedade.

Como assinala Lacan (1964, p. 38): “O pai, o Nome-do-Pai, sustenta a estrutura do desejo com a lei [...]”. Entretanto, a montagem “nome do pai e significante fálico” - que articula desejo e gozo - atravessa uma dura prova em todos os níveis da civilização contemporânea (Miller, 2004, p. 18). Com a ascensão do objeto mais-de-gozar ao zênite social, as normas que regulamentam os laços sociais mostram sua insuficiência em fixar o gozo e a obediência à lei vacila. O gozo não é mais regulado pelo recurso da identificação ao pai, ao Direito e às tradições, o que marca a entrada numa nova era, na qual “a perseguição ao gozo é, doravante, uma ideia nova em política.” (Idem).

Esse apelo contemporâneo ao gozo dificulta o reconhecimento da lei por falta de uma base discursiva que confira apoio e significado à impossibilidade do gozo. Se não há lugar onde ancorar a lei e a interdição, não há como o sujeito se deparar com a falta e com o impossível. O resultado disso é que, na medida em que o sujeito não consegue localizar simbolicamente a falta em si mesmo e no outro, perde-se a dimensão do impossível e do proibido. A violência passa a ser um puro ato sem a intermediação da simbolização introduzida pela metáfora paterna.

Como efeito, o mal-estar retorna simbolicamente através dos sintomas, bem como em atuações. Vemos isto nas toxicomanias, nos atos infracionais, nas violências e no uso abusivo do álcool pelos jovens. Há, nesses casos, a indicação de uma falha na função paterna como representante da Lei.

O declínio da função paterna repercute na transmissão da significação fálica, deixando de produzir o efeito desejado de ser a referência simbólica que organiza a subjetividade. O ato infracional aparece, então, como um modo de resposta aos impasses do sujeito frente à castração. Ele não responde ao impossível através dos sintomas e dos sonhos, mas pela ação.

Percorrendo os textos de Freud e Lacan e de alguns autores do Campo Freudiano, pretendi demonstrar que o afrouxamento dos laços familiares e o empuxo ao excesso e ao consumo que caracteriza a nossa cultura atual contribuem significativamente para que os adolescentes tenham mais dificuldades frente às questões em jogo na sexuação: a identificação sexual e a escolha de objeto. A hipótese desenvolvida nessa pesquisa é que o ato infracional surge, então, como uma forma de solucionar os impasses com os quais o adolescente se vê confrontado nesse momento de sua vida – os quais dizem respeito ao real do gozo e da sexualidade - encenando em seus atos uma tentativa de encontrar uma saída e uma forma de se manterem no laço social. Daí a importância de elevar o ato à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

Mas, por que a via da sexuação é a mais relevante? Por que, num dado momento, o adolescente não consegue fazer de outra forma, senão expressar através de um ato, a angústia que não consegue traduzir em palavras? Por que, ao entrar na adolescência, ele vai buscar essas referências no “crime” e não no universo do estudo ou do trabalho? Que tipo de resposta oferecer a estes jovens, que utilizam esta encenação para dizerem alguma coisa? É possível retificar algo dessa posição no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa?

O que se coloca aqui é o impasse com a castração. A pesquisa em psicanálise está intimamente ligada à clínica. Foi justamente a partir do atendimento aos adolescentes envolvidos com atos infracionais que construí a hipótese desenvolvida nesta pesquisa e encontrei respostas para essas questões.

O percurso da pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas etapas no período de 2007 a 2010. Na primeira etapa², através de 200 atendimentos realizados no período de agosto a dezembro de 2007, coletei dados referentes à idade, ao número de entradas no Sistema Socioeducativo, ao tipo de ato infracional praticado, ao que motivou a prática do ato infracional, à vida familiar, à escolaridade e ao uso de drogas. Buscava construir os laços sociais desses adolescentes e, para além das carências materiais, familiares e sociais, sua posição subjetiva e implicação frente ao ato infracional praticado.

Esses atendimentos foram realizados no Núcleo Biopsicossocial Anita Heloisa Mantuano, atual Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral (CENSE-GCA). Trata-se de uma unidade do DEGASE por onde passam todos os adolescentes encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente ou pela Vara da Infância e da Juventude, de modo que o atendimento nessa unidade permite visualizar um universo representativo dos adolescentes que entram no DEGASE.

A segunda etapa da pesquisa contemplou o atendimento individual aos adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade. Foi realizada no CRIAAD situado na Ilha do Governador. Nesse tipo de unidade, os adolescentes saem pela manhã para estudarem e fazerem cursos, retornando à noite para dormir. A maioria vai para a casa dos responsáveis nos finais de semana. Todas as suas saídas são reguladas através de folhas de frequência nas quais são registrados os horários de saída e de retorno à unidade.

São muitas as dificuldades que se apresentam nesse serviço. O CRIAAD da Ilha do Governador é a unidade que recebe maior quantidade de adolescentes. Conseqüentemente, o número de evasões é elevado. Os casos mais difíceis de serem manejados nessas unidades são os de toxicomania. Além da dificuldade diagnóstica,

² Acerca da primeira etapa da pesquisa, remeto o leitor a um artigo de minha autoria publicado na Revista eletrônica Asephallus - Revista eletrônica do Núcleo Sephora de Pesquisas sobre o Moderno e o Contemporâneo. Disponível em: <<http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero08/index.html>>.

principalmente nos casos em que há comorbidade, em suas sucessivas atuações, a maioria desses jovens evade ou descumpre a medida, o que impossibilita qualquer tipo de intervenção³.

Embora poucos jovens possam ser considerados toxicômanos, grande parte deles faz uso de drogas, de modo que outro problema enfrentado no dia-a-dia na unidade é a tentativa dos jovens de entrar com drogas na instituição. Quando retornam à unidade, eles são revistados, e se forem pegos portando alguma droga, são levados para a delegacia, autuados e apresentados ao juiz da Vara da Infância e da Juventude em audiência especial. Isso, sem dúvida, interfere no cumprimento da medida socioeducativa, pois interrompe a frequência nos cursos, na escola e nos tratamentos em que estão inseridos.

Podemos perceber essa atuação do adolescente como sendo da ordem de um acting out, um apelo a que se faça algum tipo de intervenção. Contudo, qual é a intervenção possível nesses casos? Como salienta Lacan (1962-63), o acting out clama pela interpretação, mas a questão é saber se esta é possível. Questão esta que também procuramos elucidar ao longo dessa pesquisa.

Por outro lado, nessas instituições, a chegada de novos adolescentes muda a dinâmica da unidade, principalmente quando são lideranças, seja na comunidade onde moram, seja nas instituições por onde passaram. Muitas vezes, o tumulto é inevitável. Esse tumulto pode ser “lido” como a única possibilidade do jovem de tomar a palavra e assim fazer sua entrada como sujeito. Na prática, tolerar esse tumulto, colocando limites claros, evitando o confronto e a punição por si só, é uma forma de mostrar ao jovem que ele pode ser ouvido e que possui outras maneiras de expressar o que sente.

Contudo, como vimos, sempre prevaleceu no DEGASE a repressão, a intimidação e a visão da medida nos moldes do sistema penitenciário correccional e não socioeducativo. Diante disso, logo se evidenciou a importância de um trabalho subjetivo com os agentes de disciplina, na medida em que desempenham relevante papel na ocorrência dos confrontos.

É importante ressaltar que existe um mal-estar na relação entre os agentes de disciplina e os adolescentes que não será eliminado. Esses jovens estão cumprindo uma medida socioeducativa porque praticaram um ato infracional e os agentes, no exercício de sua

³ É comum alguns adolescentes descumprirem a medida socioeducativa, isto é, saírem para suas atividades e não retornarem, ou evadirem, por não quererem cumprir a medida socioeducativa imposta. Esses casos são comunicados ao Juiz da 2ª. Vara da Infância e da Juventude. Se o adolescente não se apresentar em tempo hábil ao referido juizado, é expedido um mandado de busca e apreensão e o adolescente pode ter sua medida regredida para uma medida socioeducativa de internação por determinação judicial.

função, são aqueles que os farão cumprir a lei. Mas é possível trabalhar esse aspecto para que os agentes não fiquem confundidos com a função que exercem e que façam valer a lei, sem se confundir com ela, podendo, assim, ter uma intervenção que não precisa ser no registro da violência.

Outro aspecto a ser considerado e trabalhado é a família. O atendimento familiar é feito quando o adolescente dá entrada no CRIAAD, mas é comum a família delegar aos profissionais do deste centro a função de efetuar a matrícula escolar, de providenciar documentação entre outras ações necessárias ao verdadeiro exercício da cidadania, das quais esses jovens estão excluídos. Entretanto, se a família não é envolvida em todo esse processo, se desresponsabiliza ou vitimiza o filho, impede que se possa localizar o que não vai bem nessa relação ou no processo de transmissão. É importante a implicação da família para que, a partir daí, seja possível retificar a relação entre pais e filhos, fortalecer os vínculos familiares e envolvê-los na educação de seus filhos de maneira responsável.

Foi através desta pesquisa que encontrei estratégias de intervenção para dar conta das demandas subjetivas que estão associadas ao uso de drogas, à violência e ao mal-estar que se apresenta nesse serviço. A atuação dos psicanalistas na interface com o jurídico nas penitenciárias, na execução de medidas socioeducativas e com a clínica das toxicomanias têm dado provas de que a psicanálise tem muito a contribuir ao apostar no inconsciente e na emergência do sujeito.

O ato infracional e os impasses da sexualização na adolescência

O atendimento individual revelou os impasses que o adolescente estava vivendo naquele momento de sua vida. Sem projetos, muitos já estavam fora da casa dos pais. Podendo fazer tudo, sem que lhes fossem cobrado qualquer responsabilidade, viviam intensamente as relações com as namoradas. Encontros marcados por ciúmes e brigas que sempre acabavam em agressão, marcando a tensão no campo da sexualidade. Em suas falas apareciam o fascínio pelo uso da arma de fogo, pelo dinheiro, pela fama e o sucesso com as mulheres que o envolvimento no mundo do crime lhes proporcionava.

Freud (1905) sempre salientou a importância do papel da sexualidade na organização psíquica e na estruturação do sujeito, assim como a puberdade como o momento

de encontro com o real do sexo, quando o jovem deverá responder a questão adiada da diferença sexual e da escolha de objeto.

Dando outra dimensão à natureza da sexualidade humana, Freud (1924) vai mostrar que nascemos biologicamente homem ou mulher, mas isso não é suficiente para que cada sujeito se localize quanto ao seu sexo. A constituição da identificação sexuada e do objeto do desejo depende da passagem pelo complexo de castração e pelo complexo de Édipo. Logo, a sexualidade humana não é consequência direta da realidade biológica e sim um fato de civilização, de linguagem e de cultura.

Na puberdade, o corpo se transforma e o sujeito se confronta, de maneira lógica, com a “não relação sexual”. É o momento onde a pulsão sexual se coloca a serviço da função reprodutiva, colocando à disposição do sujeito o ato sexual. Contudo, longe de tornar a relação sexual possível, suscita fantasias que o afastam dela, revelando aí um paradoxo. Ao mesmo tempo em que a maturação biológica torna possível a realização do ato sexual, faz com que o sujeito desperte para o impossível dessa relação. O encontro entre um homem e uma mulher não se baseia na realização genital, mas na falta apontada pela ausência do falo.

Nesse momento, os conflitos são vividos intensamente porque o sujeito não dispõe de nenhuma resposta pronta frente à confusão pulsional que se opera diante das modificações que ocorrem em seu corpo e do encontro com o Outro sexo. Para o ser humano, diferentemente do animal, não existe nenhum saber quanto ao sexo, nem ao encontro com o Outro sexo no real. Privado da solução animal do instinto, mas tomado pela pulsão e do fato de sua inserção na linguagem, o sujeito se defronta com a estrutura do buraco, este vazio da relação entre um homem e uma mulher. Para a psicanálise, a relação entre os sexos não se baseia no ideal de complementaridade.

A delicada transição da adolescência, momento de encontro com esse real do sexo, provoca angústia. Tornar-se homem ou mulher envolve uma nova amarração a partir do que se operou na estrutura na passagem pelo complexo de Édipo e pelo complexo de castração, os quais serão ressignificados nesse momento. As circunstâncias em que acontece o encontro com o parceiro sexual presentificam o modo como, nesse segundo tempo, a castração foi simbolizada e validada, que, no caso do homem, se coloca pelo uso que se pôde fazer da função fálica.

Ao longo da elaboração da tese, percorrendo as formalizações lacanianas sobre lógica da sexuação, vimos que para entrar na dialética fálica, o menino tem que se deparar com o fato de que não tem aquilo que tem. Assumir uma posição viril implica abrir mão do

narcisismo do órgão. O homem experimenta no mecanismo da tumescência e da detumescência a verdade da castração. O pênis faz semblante do falo, porém a detumescência evidencia que, no ápice do encontro sexual, o falo se presentifica como ausência (Lacan, 1962-63).

O que está em jogo na lógica masculina da sexuação é o falo como objeto perdido que se visa a recuperar. Lacan (1971) ressalta, neste sentido, a importância da transmissão paterna do semblante fálico. É o pai, como exceção que funda a regra, que desvela para o sujeito a impossibilidade de ter o falo de outro modo que não seja pela falta, ao mesmo tempo em que instaura a possibilidade de se utilizar das insígnias fálicas como semblante. Se o pai falha ao transmitir a dimensão do semblante no qual o falo se inscreve, o sujeito fica preso na crença de que é possível ter o falo de outro modo que não seja por sua ausência.

O que aprendemos com os casos dos adolescentes envolvidos nos atos infracionais é que, diante da fragmentação dos laços familiares e da ausência de um Outro paterno que se faça representar simbolicamente de modo claro e consistente, o sujeito não consegue servir-se do Nome-do-pai para regular suas pulsões e seus laços sociais de acordo com o princípio do prazer. Cria-se, assim, um impasse na subjetivação da sua posição sexuada.

Os laços de família modernos, tais como Freud os reconhecia no complexo de Édipo, eram laços hierárquicos da célula familiar, em que o pai de família representava a moral, a lei e a tradição, fazendo a função de um Outro consistente. Hoje, o Outro não proíbe nada, mas incita a gozar e a ir além dos limites da moral repressiva (Coelho dos Santos, 2006).

O discurso contemporâneo fez vacilar os semblantes que davam sustentação às diferenças sexuais, colocando pai, mãe e filhos em uma relação igualitária. Isso teve como consequência o enfraquecimento da dimensão do semblante no aparelhamento do gozo, uma vez que provoca o apagamento das diferenças geracionais e sexuais.

Segundo Miller (2004), a montagem “Nome-do-Pai e significante fálico” - que articula desejo e gozo - atravessa uma dura prova em todos os níveis da civilização. Por outro lado, a “ascensão do objeto a ao zênite na civilização contemporânea” (Lacan, 1970, p. 411) promove o objeto da pulsão no lugar do significante do ideal. Não conseguindo se servir adequadamente do Nome-do-Pai, esses jovens se servem de algumas práticas de gozo oferecidas pela cultura (a droga e o objeto a ser consumido a qualquer preço), as quais

encobrem o verdadeiro conflito entre o desejo e o eu e os impedem de elaborar uma resposta sintomática, subjetiva e singular. Sem referências identificatórias, eles não fazem laços com o Outro e tamponam a sua divisão com o falso mais-de-gozar implícito nos gadgets.

Assim, diante do declínio da função paterna e da fragilidade dos laços familiares que assistimos na cena contemporânea, o sujeito tem mais dificuldade de subjetivar a lei, inscrever a castração e, conseqüentemente, se embaraça ao ter que assumir uma posição sexuada. Como afirma Lacan (1969-70), os discursos - os quais aparelham os laços sociais, regulando o gozo - se articulam em uma ordem precisa e se apoiam na tese de que o real é impossível e de que não há outro modo de articulá-lo senão por meio da lei, isto é, da estrutura que divide o sujeito. A lógica fálica, edipiana, ao situar o real como o gozo impossível, se, por um lado, proíbe o gozo primordial da mãe, por outro, no que diz respeito ao gozo do órgão, o torna possível pela via do desejo.

O discurso capitalista apaga o efeito de impossibilidade e promove um empuxo ao consumo e ao gozo. Os objetos são oferecidos ao sujeito como meio de recuperação da satisfação pulsional. Esse discurso, ao abolir a categoria do impossível, anula o sujeito do inconsciente, fazendo-o acreditar que o objeto lhe é acessível. Como efeito, o sintoma, como resposta do sujeito do inconsciente, não se formula. Em seu lugar surge o ato. Os atos surgem no lugar de uma estrutura simbólica. Nesta perspectiva, o ato infracional apontaria para um rompimento com a significação fálica em relação à questão do desejo e do gozo. Com o seu ato, o adolescente vai em busca do objeto fora da sua significação fálica de um gozo não regulado pela castração.

Sintoma, Acting Out e passagem ao ato

Retomando As articulações teóricas realizadas por Lacan (1962-63) no Seminário 10, “A Angústia”, mostram que o encontro com o desejo do Outro, ou seja, se deparar com a sua falta, provoca angústia. A angústia é o sinal desse encontro.

No início deste seminário, Lacan retoma o grafo do desejo apresentado no Escrito “Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano” (Lacan, 1960). O grafo apresenta onde se situa o desejo em relação a um sujeito definido por sua articulação pelo significante. A pergunta, localizada em suspenso no piso superior do grafo, é a chave do que a doutrina freudiana introduz sobre a subjetividade: Che vuoi? Que ele quer de

mim? - interrogação fundamental que irá estruturar o desejo como desejo do Outro. Essa interrogação - “Che vuoi?” - é a que melhor conduz ao caminho de seu próprio desejo. Ela convoca o sujeito à ordem da angústia em sua relação com o desejo do Outro, angústia que ele procurará de todas as formas neutralizar através da construção da fantasia (\$ ◇ a). A fantasia está vinculada a esse ponto de falta no Outro, como lugar do significante.

O sujeito neurótico estabelece uma relação com a falta de objeto através da construção da fantasia. Essa fantasia de que o neurótico se serve o defende da angústia e vela a falta. A angústia sinaliza um encontro com o real que pode desencadear sintomas e inibições, mas também passagens ao ato e acting out. No mesmo seminário ao qual nos referimos, os atos são considerados como uma forma de defesa contra a angústia que surge diante do encontro com o objeto.

No sintoma, o encontro com o objeto que provoca a angústia, é metaforizado através da fantasia. Nos casos do acting out e da passagem ao ato, o sujeito não encontra apoio simbólico para inscrever a castração como falta. Lacan (Ibid., p. 137) destaca que, enquanto no acting out há um apelo ao Outro, na passagem ao ato há um “não querer saber mais nada”, uma saída de cena que não deixa mais lugar à interpretação, nem para o jogo significante.

Podemos constatar que a clínica de nossa época nos apresenta cada vez mais sujeitos que se consultam por seus atos e não por seus sintomas. Miller (1998) define essa clínica em que prevalece um ‘fazer’ no lugar do ‘dizer’ - onde o ato suplanta o dito - como as das ‘patologias do ato’. Na relação com o Outro, no lugar de fazer um sintoma, o adolescente faz um ato: não pensa, atua. O ato é uma resposta que exclui o sujeito, mas que produz consequências. É a partir das consequências do ato que o analista irá operar, buscando produzir a partir desse ato uma resposta subjetiva. Para isto, é necessário elevar o ato, tipificado como crime, à categoria da responsabilidade e da verdade do sujeito.

Responsabilidade

A responsabilidade em psicanálise está relacionada aos modos de resposta subjetiva do sujeito frente ao ato, tal como Lacan (1965, p. 873) afirma no Escrito “A Ciência e a Verdade”: “Por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis”.

Sujeito tomado numa divisão constitutiva entre saber e verdade. Ao postular a existência do inconsciente, a verdade para Freud vai aparecer no erro e no tropeço, como nos chistes, atos falhos, sintomas, indicando que a dimensão do sujeito que fala não se confunde com o eu, reconhecido não como lugar da verdade, mas do ocultamento. O inconsciente aparece, então, como um modo de “tropeço, desfalecimento, rachadura” (Lacan, 1964, p. 30). Quando alguma coisa emerge através do sonho ou do lapso, isso aparece como uma descontinuidade, em uma alteridade radical para o sujeito.

Lacan articula todas essas formulações do inconsciente ao estatuto do sujeito: o sujeito é o que um significante representa para um outro significante. O ser humano é um ser de pura linguagem. Sua verdade, isto é, seu próprio ser, se maneja de uma palavra à outra, o que permite a Lacan (1964, p. 37) definir no Seminário 11, o verdadeiro estatuto do inconsciente: “[...] o estatuto do inconsciente [...] é ético”, e acrescenta: “Freud, em sua sede de verdade diz: ‘Seja como for, é preciso chegar lá’”. Deste modo, não basta somente responder pelos nossos atos ou por nossos atos falhos. Como aponta Freud, o ser humano é responsável até mesmo por seus próprios sonhos. É preciso chegar lá para ver do que ele retorna, mesmo que seja diante do que lhe causa horror.

Freud (1925) sustenta, assim, um caráter particular da responsabilidade que não coincide com responsabilidade jurídica e nem moral. A responsabilidade do sujeito está relacionada à coragem de deixar falar o inconsciente - esse saber não sabido - que portamos em nós por sermos seres de linguagem. Frente àquilo que aparece como estranho é preciso tomar um posicionamento ético. Dessa forma, o ato que teve como consequência uma resposta jurídica desempenha uma função na vida do jovem e na sua relação com o Outro, sendo importante recuperar a sua participação nesse ato a fim de tornar possível para ele responsabilizar-se por isso e retificar sua posição subjetiva.

No Escrito “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, Lacan (1950) ressalta a importância do assentimento subjetivo da culpa e da função de expiação do crime que tem a punição. A responsabilidade, isto é, o castigo, é função exclusiva do Estado (Lacan, 1950). É um chamado ao sujeito para responder por aquilo que, do seu ato, infringe a lei. A partir da responsabilidade penal, será possível promover a assunção subjetiva da falta. No Brasil, é através do cumprimento da medida socioeducativa aplicada pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude que o adolescente é convocado a responder pelo ato cometido. Só assim o sujeito poderá responsabilizar-se por aquilo que lhe escapa e que aparece realizado em ato.

O que a psicanálise lacaniana nos ensina é que conduzir um trabalho nessas instituições é encontrar formas de dar um tratamento ao gozo e isso se dá pela responsabilidade e pelo assentimento. É promover o aparecimento do sujeito implicado no seu ato. No entanto, no Brasil, é longa a tradição assistencial-repressiva no âmbito do atendimento à criança e ao adolescente, principalmente para aqueles em conflito com a lei. Com as ações repressivas, muitas vezes pautadas na violência, principalmente nas unidades privativas de liberdade, o adolescente se sente injustiçado, o que dificulta o assentimento subjetivo. O discurso em defesa dos direitos humanos, por outro lado, os vitimiza, o que também impede de recolher responsabilidades.

O desenvolvimento desse trabalho de atendimento individual sistemático aos adolescentes visando à responsabilidade e ao assentimento subjetivo à punição produziu efeitos na própria rotina da instituição e outras intervenções se fizeram necessárias. Além do atendimento individual ao adolescente, logo se evidenciou a importância de outras intervenções que envolvessem a família e os agentes de disciplina.

Assim, utilizando como metodologia de intervenção a “Conversação Clínica”, propus desenvolver um trabalho de grupo com os adolescentes, com as famílias e com os profissionais da unidade. A proposta da “Conversação”, sugerida por Jacques Alain-Miller como dispositivo para os encontros clínicos do Campo Freudiano, é promover uma circulação do discurso em torno das questões que se apresentam como mal-estar ou como sintoma. Através do debate, da reflexão e da discussão viva entre os participantes, ocorre a circulação do discurso e da conversa, resultando na produção de algo inédito. É um espaço de oferta da palavra, de abertura para uma nova ideia, para uma invenção (Santiago, 2009).

O analista possibilita que o falar livremente daquilo que incomoda e do que não vai bem assumam a forma de uma questão, possibilitando que apareça outro sentido no que é dito, um sentido que, muitas vezes, vale como resposta para o problema. Espera-se, a partir daí, um efeito de saber, permitindo que o sujeito saia da paralisação que o impede de tomar a palavra e agir.

Para dar conta das demandas subjetivas que estão associadas ao uso de drogas e à violência, além de políticas sociais articuladas, é importante promovermos a troca de experiências, onde a psicanálise tem muito a contribuir ao apostar no inconsciente e na emergência do sujeito.

Por essa via, a psicanálise vai transmitindo que não se trata de segregar, mas sim, de intervir na relação do sujeito ao gozo com a finalidade de que este se modifique

(Otoni, 2004). Não devemos recuar no dia-a-dia desse serviço onde algo de um real se apresenta, mas, sim, avançar.

Considerações finais

Podemos constatar o quanto tem aumentado o grau de violência e o envolvimento de adolescentes em atos infracionais. O desprezo pela vida alheia, a introjeção dos valores da sociedade de consumo em detrimento dos padrões morais de direitos e respeito aos outros, mostra o quanto a sociedade contemporânea, com seus ideais cada vez mais utilitários e empenhada no movimento acelerado da produção, banaliza a violência. Hedonista e permissiva, esta sociedade favorece uma espécie de empuxo ao fora-da-lei, fazendo da busca do prazer imediato um alvo que não encontra limites.

Através do atendimento individual ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e da prática da “Conversação” com as famílias, com os profissionais e com os adolescentes, encontramos formas de dar tratamento ao gozo e estratégias para dar conta do mal-estar que se apresenta nesse serviço e se manifesta no imobilismo dos profissionais ou no confronto, muitas vezes inevitável, com os adolescentes nas instituições.

A trajetória de vida desses jovens, onde o laço social é fundado no abandono, na agressividade e na violência, deixa marcas em sua constituição subjetiva. É por meio de intervenções na dimensão clínica, educativa, social e política que se busca reconstruir com eles um novo caminho. É importante criar condições para que eles reflitam sobre a sua realidade, contem suas histórias, formulem suas questões, se impliquem, se posicionem em relação ao seu dizer e que não fiquem, simplesmente, capturados em seus destinos, sem saídas e sem escolhas.

Por outro lado, é importante que os profissionais envolvidos no atendimento ao adolescente tenham uma escuta que, fundada na ética, faça surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas. Daí a importância da capacitação permanente dos profissionais envolvidos nesse trabalho e da troca de experiências.

As mudanças são lentas. Mas, acreditamos que o reordenamento da estrutura e da doutrina do sistema socioeducativo, a mobilização e a organização dos profissionais na reivindicação pela efetivação de políticas públicas são passos importantes para a busca de soluções de maneira integrada.

Há muito trabalho a ser feito e é fundamental que, como profissionais de saúde, estejamos sempre numa posição de questionamento e de ruptura com o que está instituído. Que apontemos outras saídas, sem perder de vista que estamos lidando com sujeitos, de modo que o trabalho deve estar sempre comprometido com a ética, com a singularidade e com a diferença.

Freud (1910), em seu texto “Contribuições para uma discussão acerca do suicídio”, afirma que a função dos educadores e da escola é a de despertar nos jovens o interesse pela vida e pelo mundo exterior, além de oferecer-lhes apoio e amparo em uma época delicada de suas vidas. Estas são recomendações que podem fundamentar o trabalho com crianças e adolescentes.

Referências

COELHO DOS SANTOS, T. *Sinthoma: corpo e laço social*. Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ, 2006.

FREUD, S. 1905. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. VII,

_____. 1910. Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XI.

_____. 1924. A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XIX.

_____. 1925. Algumas notas adicionais sobre a interpretação dos sonhos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol.

_____. 1930. Mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XXI.

LACAN, J. 1950. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. 1959-1960. *Seminário VII: A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

_____. 1960. Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. 1962-63. *O Seminário, Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. 1964. *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. 1965. A Ciência e a Verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. 1969-70. *O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. 1970. Radiofonia. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. 1971. *O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MILLER, J. A. *Lacan e a Política*. Opção Lacaniana. São Paulo, n. 40: 07-20, ago. 2004.

OTONI, F. B. *A ação lacaniana na cidade - a clínica do louco infrator*. In: COLÓQUIO DA ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE, 2004, Belo Horizonte. A utilidade social da psicanálise. Disponível em:

<http://www.ebp.org.br/biblioteca/pdf_biblioteca/Fernanda_Otoni_A_acao_lacaniana_na_cidade_a_clinica_do_louco_infrator.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2009.

SANTIAGO, A. L. Psicanálise aplicada ao campo da educação: intervenção na desinserção social na escola. In: COELHO DOS SANTOS, T. (org.). *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

PSYCHOANALYTIC CLINIC OF THE INFRACTIONAL ACT: The impasses of the sexuation in adolescence

ABSTRACT:

This paper discusses, from the attending of teenagers who did infractional acts and who are under social educational penalty, the hypothesis that the involvement of adolescents in infractional act are a response to the encounter with real of the sex and it shows the embarrassment that the subject experiences when having to take possession of phallic attribute. The loss of the family ties and the compulsion to consumption, which characterizes our contemporary civilization, mean that teenagers have more difficulties on subjective the law, to inscribe the castration and then, they have problem to assume a sexual position. On relation with the Other, instead of making a symptom, the teen makes an act. The act is an answer that excludes the subject, but it produces consequences. From the consequence of the act, is that the analyst will operate a subjective answer.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Adolescence. Infractional act. Sexuation. Responsibility.

**LA CLINIQUE PSYCHANALYTIQUE DE L'ACTE INFRACTIONNEL:
Les impasses de la sexuation à l'adolescence**

RÉSUMÉ :

Cet article aborde, partant de la prise en charge des adolescents qui ont commis des infractions et qu'accomplissent une mesure socio-éducative, l'hypothèse que la participation des adolescents à l'infraction est une réponse à la rencontre avec le réel du sexe, ce qui met en évidence l'embarras concerné à l'expérience vécue dans l'adolescence, quand ils ont à prendre possession de l'attribut phallique. L'affaiblissement des liens familiaux et le pousse-à-la-consommation, qui caractérise notre civilisation contemporaine, fait que les adolescents aient plus de difficulté à subjectiver de la loi, inscrire la castration et donc ils s'embarrassaient dans au moment qu'ils doivent assumer une position sexuée. Dans le rapport à l'Autre, au lieu de faire un symptôme, l'adolescent fait un acte. L'acte est une réponse qu'exclut le sujet, mais il produit des effets. C'est sur ce qui s'en suit que l'analyste travaille, en essayant de produire une réponse subjective.

MOTS-CLÉS: Psychanalyse. Adolescence. Délinquance. Sexuation. Responsabilité.

Recebido em 28/03/2011

Aprovado em 11/09/2011

©2011 *Psicanálise & Barroco em revista*
www.psicanaliseebarroco.pro.br
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.
Memória, Subjetividade e Criação.
www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br

www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista